

# Governo analisa críticas à regulação do setor de minérios

5m  
8/19/98 A 11

Daniela Caride  
do Rio

A transformação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) em órgão deliberativo e a manutenção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) — apesar da criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) — são algumas das propostas de empresários e técnicos do setor mineral que o governo prepara-se para analisar.

O grupo de trabalho que elaborou o projeto de Lei que determina a nova regulamentação do setor mineral e a criação da ANM deve começar a avaliar as críticas e sugestões levantadas até agora por empresários da área logo após o prazo dado pelo governo para a apresentação de sugestões, conta o secretário adjunto de Minas e Metalurgia, do Ministério de Minas e Energia, Luciano de Freitas Borges.

Alguns empresários estão propondo que o CNPM, que ainda será criado, tenha não apenas o caráter consultivo, como previsto no projeto, mas deliberativo. A proposta, no entanto, será de difícil aceitação pelo governo, na visão do secretário. “Com um conselho deliberativo, poderia haver manipulação. Se alguma empresa, por qualquer motivo, conseguisse transmitir sua opinião com mais força no órgão, ele já estaria perdendo toda a sua essência.”

De qualquer forma, Borges lembra que a última palavra deverá ser sempre do governo. “Ele foi eleito pelo povo. E a natureza jurídica atual do País diz que a decisão final dá-se em nível ministerial.”

Ele lembra ainda que criar um conselho deliberativo significa, na prática, criar um órgão público independente do governo — o que iria de encontro com os objetivos traçados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O secretário-adjunto reforça que a idéia original do conselho é apenas organizar o canal de transmissão das opiniões dos interessados com o governo.

Ele também não concorda com o empresariado sobre a questão de manter o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). “A agência será um órgão regulador do governo, assim como é hoje o DNPM. Não podemos manter dois órgãos reguladores. Traria conflitos”, diz. Segundo ele, a proposta do governo é criar agências reguladoras para trazer mais transparência e agilidade para os setores.

As atribuições do DNPM serão transferidas para a agência, prevista para ser criada segundo o Plano Diretor de Reforma do Estado, desde o início do mandato do presidente, diz. As propostas de mudança para a regulamentação do setor poderão ser enviadas até o dia 15 para o minis-

tério. O documento foi levado a público antes de aprovação final pelo ministro Raimundo Brito justamente com a intenção de ser criticado e melhorado, frisa Borges. Ele se mostrou satisfeito com o interesse do empresariado.

O secretário adjunto refutou, ainda, boatos de que o ministério seria extinto após a criação da ANM, última agência do MME prevista para ser criada. “A agência não terá poderes para definir estratégias do setor. Apenas fiscalizará e executará tarefas”, acrescenta.

Caso o MME venha a ser extinto por uma futura reforma ministerial, os órgãos fiscalizadores e executivos — como a agência e a CPRM — continuariam vinculados à secretaria de Minas e Metalurgia, diz. Esta passaria apenas a outro ministério, mantendo suas funções atuais. “Não podemos excluir um órgão que pensa o planejamento estratégico de um setor econômico do País e que está incumbido de supervisionar órgãos reguladores e executivos do governo, como é o caso da ANM e da CPRM, na área mineral”, reforça.